



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
COMITÊ GESTOR DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO-2023**

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano em curso, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Comitê Gestor da Segurança da Informação (CGSI), de forma presencial e virtual, no Auditório da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Via N2, Brasília - DF, CEP 70150-900, fundos do Palácio do Planalto, com início às quinze horas. Anunciada a chegada do Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), General Marcos Antonio Amaro dos Santos, acompanhado do Sr. Secretário-Executivo do GSI/PR, General Ivan de Sousa Corrêa Filho, Coordenador do CGSI, e do Sr. Secretário de Segurança da Informação e Cibernética, Sr. Luiz Fernando Moraes da Silva, Secretário-Executivo do CGSI. As autoridades ocuparam a mesa à frente do auditório.

O Sr. Ministro do GSI/PR, General Amaro, proferiu as palavras de abertura, externando estar grato pela possibilidade de ter sua quarta passagem pelo GSI/PR. Agradeceu pela presença de todos os integrantes, destacando que este Comitê tem atribuição de assessorar o GSI/PR nas atividades relacionadas à segurança da informação e cibernética. Ressaltou que a minuta do Projeto de Lei (PL) da Política Nacional de Segurança Cibernética está em fase de coleta de eventuais subsídios por meio de audiência pública a ser realizada nas instalações da Presidência da República. Após essa audiência pública, nos próximos dias, a minuta do PL seguirá para despacho com o Presidente da República e, em seguida, para apreciação no Poder Legislativo, fórum apropriado para debate e manifestação de todos os setores da sociedade. Destacou que o antigo Departamento de Segurança da Informação (DSI) transformou-se em Departamento de Segurança da Informação e Cibernética (DSIC) agora integrante da estrutura da recém criada Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética (SSIC). Relatou que existem outras Secretarias no GSI/PR, como a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional e a Secretaria de Coordenação de Sistemas. Mencionou, ainda, que futuramente será criada uma cartilha para divulgação e conhecimento dos diversos campos de atuação do GSI/PR. Agradeceu a todos pelo interesse, pelo trabalho colaborativo e pelos esforços em prol da segurança da informação e de um espaço cibernético mais seguro e resiliente para toda a sociedade.

Após as palavras iniciais, passou a palavra ao Sr. Luiz Fernando, Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação, o qual declarou aberta a Reunião e procedeu à leitura dos seguintes itens da pauta: a) funcionamento do Comitê e as atividades da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética SSIC; b) importância da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), das Instruções Normativas do GSI/PR e da Cartilha de Gestão de Segurança da Informação; c) atualização e aprimoramento do

P

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu a PNSI; d) visão geral da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC); e) informação classificada: visão geral da estrutura e do processo de credenciamento de segurança; e f) processo e andamento de revisão das normas de segurança da informação do GSI/PR.

O Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação informou-se que não haveria deliberações, pois o intuito seria nivelar o conhecimento dos novos participantes. Solicitou-se aos integrantes do CGSI que se identificassem ao longo das apresentações, por ocasião da exposição de algum questionamento ou sugestão, para inclusão na ata.

O Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação alertou que a reunião seria gravada para fins de elaboração da ata. Antes do andamento dos trabalhos, passou a palavra ao Sr. Ministro, que desejou um bom trabalho a todos e deixou o recinto.

O Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação complementou suas palavras anteriores com comentários sobre o exposto no Ofício nº 12605/SG-MD do Ministério da Defesa (MD): a) quanto ao compartilhamento de serviços de segurança da informação, o MD informou à equipe do DSIC, por teleconferência, que enviaria novo ofício esclarecendo a sugestão, haja visto que a pergunta não foi clara; b) sobre o papel do CTIR Gov na ReGIC, informou que o tema seria tratado no item “d” da pauta; e c) quanto à criação de uma autoridade de segurança cibernética, reforçou as palavras do Ministro a respeito do PL da Política Nacional de Segurança Cibernética e informou que a criação de tal organização estaria prevista na proposta desse PL, que seria objeto da Audiência Pública nº 01/2023, que ocorreria em 15/06/2023, das 8h30 às 12h00, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto.

O Dr. Victor Hugo, Coordenador-Geral de Gestão de Segurança da Informação, do DSIC/SSIC/GSI/PR, apresentou o item “a” da pauta sobre o funcionamento do Comitê e sobre as atividades da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética (SSIC). Ratificou que a reunião não seria deliberativa, mas sim informativa, com vistas a nivelar os novos representantes dos órgãos integrantes do CGSI. Perguntou quantos dos representantes participavam pela primeira vez do Comitê e cerca da metade dos presentes confirmaram a indagação. A seguir, perguntou quantos nunca tinham ouvido falar do CGSI e apenas dois levantaram a mão.

O Dr. Victor Hugo apresentou o arranjo institucional de segurança cibernética no Brasil entre 1995 e 2023, desde a criação do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.Br), passando pela criação do CGSI, que inicialmente era restrito ao âmbito dos órgãos da PR. Em 2000, a composição do CGSI foi expandida a mais ministérios e, finalmente, no Decreto nº 9.637, de 2018, que criou a PNSI, adquiriu a atual configuração, com participação de todos os ministérios, AGU, CGU, BACEN e ANPD. Destacou o arranjo institucional que abrange a sociedade civil, o governo, a academia e a defesa. Ressaltou que, para apoiar o GSI/PR, foi criado em 2004 o Centro de Prevenção, Tratamento e Respostas a Incidentes Cibernéticos (CTIR Gov). Em 2006, foi criado o DSIC e iniciou-se a edição de normativos e a celebração de acordos e memorandos de entendimento com outros países na área de segurança da informação. Citou que a PNSI é a pedra angular em segurança da informação dentro do Poder Executivo federal, sendo a base para muitos dos normativos do GSI/PR

D

que trazem a obrigatoriedade de órgãos e entidades da administração pública federal de: elaborarem uma política de segurança da informação ou normas correlatas, nomearem gestor de segurança da informação, criarem comitê de segurança da informação interno e instituírem suas Equipes de Prevenção, Tratamento e Respostas a Incidentes Cibernéticos (ETIR). Destacou ainda que PNSI trata, em linhas gerais da composição, dos membros, das reuniões, do quórum, das deliberações e dos subcolegiados do CGSI. Informou que as reuniões do comitê são semestrais, preferencialmente nos meses de março e agosto. Avisou que os órgãos podem sugerir, por meio do Coordenador do CGSI, a inclusão de assuntos de relevância para serem tratados no Comitê, bem como a convocação de reunião extraordinária para tratar de assuntos relevantes e urgentes. Destacou que o relatório de atividades do CGSI enviado na convocação desta Reunião incluiu atividades desde 2019 e é apresentado anualmente ao Coordenador do Comitê, para fins de prestação de contas dos trabalhos realizados. Sobre a Resolução Nº 1/2019, mencionou que aprova o Regimento Interno (RI) do CGSI e detalha a ordem dos trabalhos e dos demais pontos instituídos na PNSI sobre o Comitê. Entre os pontos trazidos no RI do CGSI, destacou-se que o Comitê tem a função de deliberar sobre medidas para o desenvolvimento da segurança da informação (SI), de solicitar a colaboração de outros órgãos nos assuntos de SI, de supervisionar a execução de ações conjuntas deliberadas no CGSI, de revisar e aprovar o RI e de requerer informações a respeito de matérias examinadas. Para que os representantes dos órgãos do CGSI se situassem em relação à estrutura do GSI/PR e o que esperar de apoio e atividades desta estrutura, informou que a SSIC é a 4ª secretaria criada na estrutura do GSI/PR, tendo-se subordinado a ela o DSIC com três Coordenações-Gerais, a saber: a Coordenação-Geral do Núcleo de Segurança e Credenciamento, Coordenação-Geral de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo e a Coordenação-Geral de Gestão de Segurança da Informação, esta última tendo a incumbência de tratar, principalmente, da elaboração de normativos, das tratativas com organismos internacionais, da elaboração das minutas de memorandos de cooperação com países e organismos internacionais, do tipo memorando de entendimento (MoU), que não envolve obrigações ou cláusulas vinculantes, em especial financeira. Por fim, citou o *link* da página da SSIC para fins de pesquisa.

A seguir, o Major Renato Barreto dos Santos, Coordenador-Geral substituto de Gestão de Segurança da Informação, do DSIC/SSIC/GSI/PR, apresentou o item “b” da pauta, sobre a importância da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), das Instruções Normativas (IN) do GSI/PR e da Cartilha de Segurança da Informação. Destacou que a prevenção somada às ações de conscientização e de capacitação mitigar ataques bem como seus impactos. Um dos papéis do GSI/PR é o de prestar informações de como se proteger e se prevenir contra as ameaças. Ressaltou que a PNSI é o principal normativo que baliza os órgãos e as entidades para atuarem de forma colaborativa e sistêmica na segurança da informação. Mencionou que a PNSI está em atualização, bem como a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber) 2020 – 2023 (Decreto nº 10.222, de 5 fevereiro de 2020). Em seguida, apresentou as principais Instruções Normativas em vigor; ressaltou que são competências dos órgãos e das entidades da APF elaborar atos normativos internos, designar gestor de SI, elaborar e implementar uma Política de SI, instituir a sua ETIR e o comitê de SI interno; e recomendou que o comitê de SI interno seja



coordenado pela maior autoridade entre os representantes designados, que será o responsável por deliberar sobre normativos internos de SI e por assessorar na implementação de ações de SI, bem como a proposição à alta administração de recursos orçamentários.

O Sr. Thiago de Aquino Lima, representante suplente do Ministério do Trabalho e Emprego, perguntou se está sendo realizado algum trabalho para o fortalecimento da carreira dos Analista de Tecnologia da Informação (ATI) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O Dr. Victor Hugo relembrou que, em face de audiência da Associação Nacional dos Analistas em ATI (ANATI) o Ministro-Chefe do GSI, na Administração anterior, enviou ofício ao Ministro da Economia externando preocupação com o limbo jurídico no qual se encontra a carreira dos ATI e destacando a importância desses servidores para atender à demanda por profissionais nas ETIR e na gestão de SI nos órgãos e entidades da APF.

O Major Renato Barreto ratificou a importância de valorizar a carreira dos profissionais de TI e de aumentar a quantidade de profissionais da carreira de ATI, pois observa que há uma grande evasão de profissionais da área, dificultando a implementação dos requisitos mínimos para garantir a segurança da informação nos órgãos e entidades da administração pública federal. Assim, destacou a importância de se trazer essas demandas para serem discutidas no CGSI, com vistas a melhorar as iniciativas relacionadas ao tema.

O Sr. Leonardo Ferreira da SGD/MGI informou que há perspectiva de concurso com, no mínimo, 350 vagas e de reestruturação da carreira de Analista de TI do MGI. Outrossim, informou que há orçamento para fins de capacitação aplicável na formação de gestores de segurança e proteção de dados dos órgãos e entidades.

O Sr. Luiz Fernando observou que o problema de pessoal para a área de segurança da informação e cibernética é recorrente e confirmou que há poucos profissionais para atender à demanda. Segundo ele, o problema também é técnico e há de se investir em tecnologia, tendo em vista que a evasão de profissionais da área, inclusive na iniciativa privada, tende a continuar. As políticas da área de segurança da informação devem ser vinculadas, dentro de um contexto mais amplo, à área de segurança cibernética. O gasto orçamentário nessa área deve ser entendido como um investimento finalístico e não apenas como um custo, em especial por conta da digitalização dentro da APF.

O Coronel Willian Henrique da Silva Gomes, representante do Ministério da Defesa (MD) perguntou sobre uma alteração realizada pela IN 07. Mencionou que existe um aparente conflito de normas. O Sr. Luiz Fernando informou que isso seria abordado no item 'c' da pauta desta Reunião.

O Major Renato Barreto na apresentação do item "c" da pauta, destacou a atualização do Decreto 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu a PNSI. Elencou alguns pontos na PNSI que estão sendo modificados tais como competências, inclusive para dirimir aparentes conflitos normativos, e alteração dos membros participantes do CGSI.

O Sr. Vladimir Reis Joaquim Lopes, representante do Ministério da Fazenda, citou que, devido ao compartilhamento de atividades tanto de logística quanto de tecnologia da

informação regulado pela Portaria MGI nº 43, os órgãos foram separados em dois níveis, provedores e providos, sendo que este último possui uma estrutura reduzida de TI, sendo difícil que sejam cumpridas todas as atribuições e designações previstas em normas. Assim, sugeriu que a revisão prevista, considere essa estrutura de governo, em que seja possível o compartilhamento de competências e de estruturas de SI entre provedores e providos. O Sr. Luiz Fernando ratificou que, além da sugestão proposta, é preciso implementar a conscientização do servidor que utiliza a infraestrutura onde se inserem esses ativos.

Em seguida, o item “d” da pauta, o Capitão-Tenente Heliton Sabino Briglia apresentou uma visão geral da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC), instituída pelo Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021. Dentre alguns objetivos, destacou o de divulgar medidas de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos e o de promover a cooperação entre os participantes da Rede. Citou que, para os órgãos e entidades responsáveis pelas ETIR Setorial, e estas inclusive, a adesão é obrigatória. Ressaltou que a articulação do Ministério da Defesa e das Forças Singulares com o CTIR Gov será feita prioritariamente por meio da equipe de coordenação setorial, operada pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), na condição de órgão central do Sistema Militar de Defesa Cibernética. Citou algumas competências do CTIR Gov como por exemplo a de coordenar as atividades das ETIR e a de difundir alertas, recomendações e estatísticas sobre incidentes cibernéticos para os integrantes da ReGIC. Divulgou o *link* “CTIR em números” (<https://www.gov.br/ctir/pt-br/assuntos/ctir-gov-em-numeros>). Elencou as competências das agências reguladoras, do BACEN e da CNEN tais como as de instituir ou designar ETIR Setorial e de notificar o CTIR Gov quanto aos incidentes cibernéticos de maior impacto ou sobre áreas prioritárias que requeiram atenção em termos de segurança cibernética nacional. Mencionou a necessidade de formalização e envio de termo de adesão à ReGIC, mesmo desses órgãos e entidades de participação obrigatória, pois esse documento permite a atualização dos pontos de contato.

O Sr. Leonardo Rodrigo Ferreira, representante titular do MGI, propôs uma reunião para apresentar um levantamento feito junto ao Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital (CISC Gov.br), no início de 2023, em que foi feita uma solicitação dentro da perspectiva de órgão central, para que todos os órgãos do SISP informassem se tinham sua ETIR constituída e quem eram os representantes. Informou que em sua página existe um serviço chamado ‘ETIR as a service’ (<https://www.gov.br/cisc/pt-br/etir-as-a-service>), que é um conjunto de serviços escaláveis, sob demanda e inovadores no contexto do SISP, com o fim de ajudar aos órgãos a criar suas ETIRs e dar maior visibilidade às adesões.

O Sr. Luiz Fernando comentou sobre a importância das consolidações dentro de cada ETIR setorial e que os elos formados dentro da ReGIC e com o CTIR Gov possibilitam ampliar a divulgação de informação relevante e tempestiva.

O Tenente Coronel José Carlos Comel Júnior iniciou o item “e” da pauta, sobre informação classificada, dando uma visão geral da estrutura e do processo de credenciamento de segurança. Apresentou as orientações do TCU, por meio de acórdãos que citam a obrigatoriedade da implantação dos controles gerais de segurança da informação positivados nas normas do GSI/PR. Aliás, a sua não implantação sem justificativa é passível da sanção prevista na Lei nº 8.443/1992. Descreveu o Núcleo de Segurança e

D

Credenciamento (NSC), sua estrutura e sua criação a partir do mandamento constitucional de garantir o acesso à informação a todos, ressalvados as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Citou os objetivos do Núcleo de promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosa, principalmente após o surgimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2011. Finalizou apresentando a Estrutura de Credenciamento de Segurança e quem nela tem a competência para habilitar.

Por derradeiro, o Major Renato Barreto apresentou ao item "f" da pauta, sobre o processo e andamento de revisão das normas de segurança da informação do GSI/PR. Ele informou que o processo de criação e de revisão de atos normativos de SI é composto basicamente das seguintes etapas: demanda, elaboração, consulta, consolidação de contribuições, validação e aprovação e publicação. Citou os normativos que estão em cada uma das etapas apresentadas, ressaltando as Instruções Normativas que estão na etapa de validação: Credenciamento de Segurança para o Tratamento de Informação Classificada e Tratamento de Informação Classificada em grau de sigilo.

O Sr. Rodrigo Schuabb de Oliveira, representante suplente do Tesouro Nacional, solicitou que entre na pauta de discussão e seja priorizada a elaboração de um normativo específico que trate das diretrizes para o uso seguro sobre Inteligência Artificial (IA).

O Sr. Luiz Fernando, disse que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) publicada. Ressaltou que o GSI/PR, dentro de seu objetivo na segurança institucional da nação brasileira, deve se preocupar com esse tema. Destacou que o PL sobre a Política Nacional de Segurança Cibernética está considerando o assunto e que a IA pode ser um diferencial no uso ético das tecnologias e no fomento ao combate cibercrime.

Por oportuno, o Sr. Rodrigo Schuabb de Oliveira, questionou que tal tecnologia pode nos ajudar em muitas coisas, como identificar vulnerabilidades, porém, não podemos perder o controle para aqueles que utilizam a IA de forma mal-intencionada. É necessário estar atento sobre o como que a IA pode ser usada para acessar as informações, principalmente as classificadas.

O representante da Controladoria-Geral da União, Sr. Lucas Freire Silva, disse que a taxa de crescimento da IA, como negócio, é de 73 vezes maior do que o crescimento das gerações anteriores de *startups*, que corresponde a cada 1 dia como um mês e meio. Sugeriu, por fim, uma avaliação de impacto sobre o advento da IA. Mencionou o apoio da CGU que está trabalhando junto com o Laboratório Nacional de Computação Científica e o SERPRO, que envolve tecnologia fora dos servidores comuns como GPU para treinamento.

O Sr. Luiz Fernando agradeceu pelas contribuições de todos e salientou que essas contribuições fossem registradas em ata. Incitou a todos para assinar a lista de presença. Informou que a minuta da ata será enviada eletronicamente a todos os participantes para análise prévia e sugestão de alteração, para então serem coletadas as assinaturas físicas dos participantes. Passou a palavra então ao Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação, o Sr. General de Divisão Corrêa Filho.



O Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação ressaltou a importância do trabalho do CGSI. Salientou que a intenção é ter uma estrutura que atenda aos órgãos e entidades, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), por meio de um acordo de cooperação, com envolvimento da cúpula dos Ministérios para dar a prioridade necessária para a solução do problema. Sobre o problema da carreira do ATI, será considerada a demanda e realizado gestões junto ao MGI. Ressaltou que existem outras estratégias, inclusive a que o MGI adotou de centralizar serviços no SERPRO, que, ao invés de criar várias ETIRs, exista apenas uma ETIR para um determinado grupo de órgãos e entidades da APF que, por sua dimensão, não tenham condição orçamentária nem justificativa técnica e econômica para ter sua própria ETIR. Parabenizou a todos, pois as estatísticas mostram que conseguimos reduzir a quantidade de incidentes no Governo Federal. Agradeceu a presença de todos que compareceram de forma presencial e por videoconferência. Declarou encerrada a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Segurança da Informação de 2023.


Brasília, DF, 31 de maio de 2023.



Bruno Pereira Pontes
Titular da Casa Civil da Presidência da República



Willian Ribeiro da Silva
Suplente da Casa Civil da Presidência da República



Willian Henrique da Silva Gomes
Titular do Ministério da Defesa



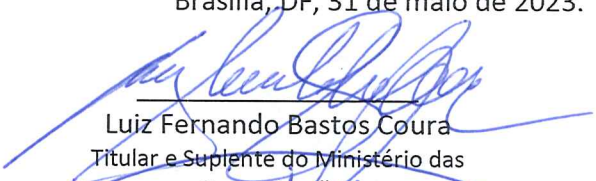
Pedro Henrique Carvalho Dantas
Titular do Ministério das Relações Exteriores




João Eduardo Martin
Suplente do Ministério das Relações Exteriores




Vladimir Reis Joaquim Lopes
Titular do Ministério da Fazenda



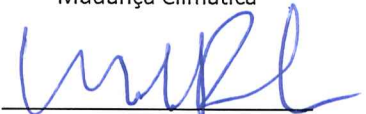
Luiz Fernando Bastos Coura
Titular e Suplente do Ministério das Comunicações



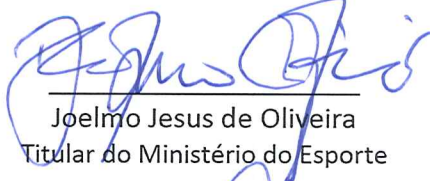
Eduardo Viola
Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



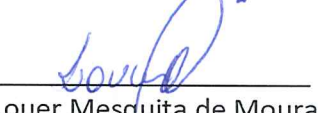
Renato Spindola Fidelis
Titular do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática



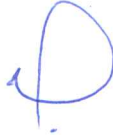
Leonardo Margonato Ribeiro Lima
Suplente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática




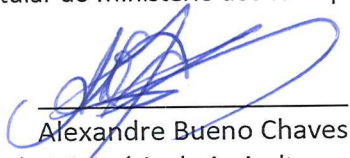
Joelmo Jesus de Oliveira
Titular do Ministério do Esporte

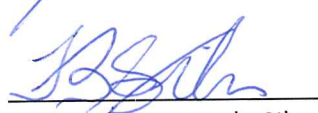


Louer Mesquita de Moura
Titular do Ministério da Pesca e Aquicultura




Milton Sampaio Castro de Oliveira
Titular do Ministério dos Transportes



Alexandre Bueno Chaves
Titular do Ministério da Agricultura e Pecuária

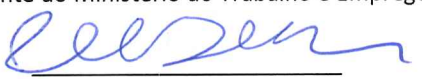

Fernando Bueno da Silva
Suplente do Ministério da Agricultura e Pecuária

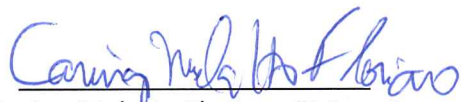

Alonso Cláudio Pereira da Silva Brito
Suplente do Ministério da Educação

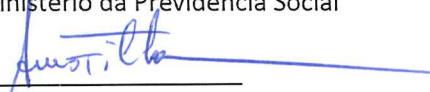

Jaime Heleno Correa de Lisboa
Titular do Ministério da Cultura

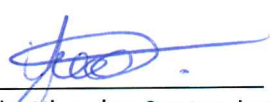

Lílían Nunes Will de Oliveira
Suplente do Ministério da Cultura

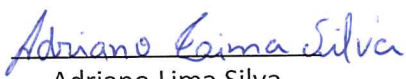

Thiago de Aquino Lima
Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego

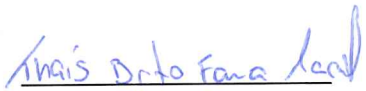

Patrick Barcellos Peixe
Titular do Ministério da Previdência Social

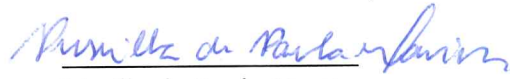

Carina Melatto Floriano Stringari
Suplente do Ministério da Previdência Social

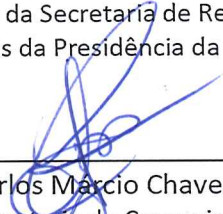

Avelino Medeiros da Silva Filho
Titular do Ministério do Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e Combate à Fome

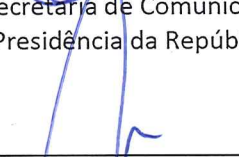

Vilson da Silva dos Santos Junior
Titular do Ministério dos Povos Indígenas


Adriano Lima Silva
Suplente do Ministério dos Povos Indígenas


Thaís Brito Faria Maciel
Titular da Secretaria de Relações
Institucionais da Presidência da República


Priscilla de Paula Martins
Suplente da Secretaria de Relações
Institucionais da Presidência da República


Carlos Márcio Chaves
Titular da Secretaria de Comunicação Social
da Presidência da República


Álvaro da Costa Rondon Neto
Titular da Advocacia-Geral da União


Henrique Aparecido da Rocha
Titular da Controladoria-Geral da União



Lucas Freire Silva
Suplente da Controladoria-Geral da União



Haroldo Jayme Martins Froes Cruz
Titular do Banco Central do Brasil

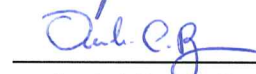

Caio Moreira Fernandes
Suplente do Banco Central do Brasil




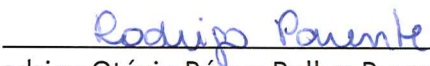

Adriana Macedo Marques
Titular do Ministério da Saúde


Arthur Pereira Sabbat
Titular da Autoridade Nacional de Proteção de
Dados

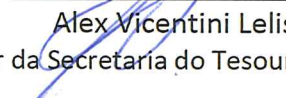

Goudim Alvarenga Carneiro
Titular do Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços



André Costa Barros
Titular da Procuradoria-Geral da Fazenda
Nacional

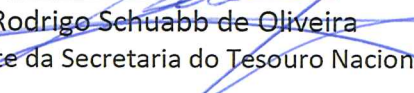

Márcio Nahas Ribeiro
Titular do Ministério de Minas e Energia


Rodrigo Otávio Póvoa Pullen Parente
Suplente da Procuradoria-Geral da Fazenda
Nacional


Álvaro José de Andrade Carneiro
Suplente do Ministério do Planejamento e
Orçamento


Alex Vicentini Lelis
Titular da Secretaria do Tesouro Nacional


Leonardo Rodrigo Ferreira
Titular do Ministério da Gestão e da Inovação
em Serviços Públicos


Rodrigo Schuabb de Oliveira
Suplente da Secretaria do Tesouro Nacional


Luiz Fernando Moraes da Silva
Secretário Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação

Luiz Fernando Moraes da Silva
Secretário
SSIC/GSI/PR
Matr. SIAPE nº 3334506

Aprovo:


General de Divisão Ivan de Sousa Corrêa Filho
Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e
Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação

